

Sustentabilidade como fator de ambiência na qualificação das construções dos estabelecimentos de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

Sustainability as a factor of ambience in the qualification of the constructions of the establishments of shelter of children and adolescents in situation of vulnerability

Aline Eyng Savi, Universidade Federal de Santa Catarina.

arquiteta.alinesavi@gmail.com

Marta Dischinger, Universidade Federal de Santa Catarina.

martadischinger@gmail.com

Resumo

O ECA criou formas de atendimento às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, entre elas: o abrigo. Este não isola, salvaguardando: saúde, educação e moradia; assiste ambos os sexos, entre zero e dezoito anos, em processo ou não de adoção, com ou sem família direta ou estendida. A institucionalização deveria ser transitória, mas leva meses ou anos. A legislação brasileira controla o atendimento, mas é generalista no ambiente construído. As edificações são alugadas e adaptadas, sem considerar fatores que compõem a ambiência do habitar doméstico, entre eles a sustentabilidade. Este está relacionado com aspectos ambientais, econômicos e sociais. O artigo objetiva detectar e descrever as atividades cotidianas, propondo recomendações projetuais com ênfase na sustentabilidade. Os resultados destacam a importância das relações espaciais e visuais entre interior e exterior, para humanizar e promover recursos sustentáveis. Por fim, reflete-se que é indiscutível garantir a interação espaço e pessoas, criando condições de qualidade.

Palavras-chave: Abrigo institucional; Ambiência; Sustentabilidade

Abstract

The ECA created forms of care for children and adolescents in social vulnerability, among them: shelter. This does not isolate, safeguarding: health, education and housing; assists both sexes, between zero and eighteen, in process or not of adoption, with or without direct or extended family. Institutionalization should be transient, but it takes months or years. The Brazilian legislation controls the service, but is general in the built environment. The buildings are rented and adapted, without considering factors that make up the ambience of the domestic dwelling, among them the sustainability. This is related to environmental, economic and social aspects. The article aims to

detect and describe daily activities, proposing project recommendations with an emphasis on sustainability. The results highlight the importance of spatial and visual relationships between interior and exterior, to humanize and promote sustainable resources. Finally, it is reflected that it is indisputable to guarantee the interaction space and people, creating conditions of quality.

Keywords: *Institutional shelter; Ambience; Sustainability*

1. Introdução

Ao longo da história social brasileira, a infância e a adolescência foram amparados com princípios baseados no assistencialismo (através das Santas Casas de Misericórdias e outras ordens religiosos) e posteriormente, na vigilância e repressão (representada pela FEBEM). A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - e posteriormente, da lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009 – “Lei da Adoção” (BRASIL, 2009a) - promoveram mudanças nesse cenário, e asseguraram a proteção integral, a fim de viabilizar o desenvolvimento físico, psicológico e social pleno. As grandes instituições foram descartadas e criaram-se várias modalidades de assistência, a partir dos critérios que ocasionaram a institucionalização; entre elas está a medida de acolhimento, que se desdobra em: casa de passagem, abrigo institucional, casa lar e república.

A medida de acolhimento assiste crianças e adolescentes de ambos os sexos, com ou sem família de origem ou estendida, em processo ou não de adoção, entre zero e dezoito anos incompletos. Não implica em reclusão e salvaguarda o direito à saúde, educação, moradia e alimentação. O motivo para a institucionalização é variado, mas se relaciona ao quadro de vulnerabilidade social. O período de internação máximo é de dois anos, podendo se estender, se as razões que levaram à institucionalização não forem resolvidas.

Dentre as modalidades existentes, o abrigo institucional corresponde ao maior percentual de instituições no cenário brasileiro, atendendo cerca de quarenta e sete mil crianças e adolescentes e deste número, apenas sete mil estão aptos judicialmente para serem adotados, segundo pesquisa do Cadastro Nacional de Adoção e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos, realizada em 2017. O abrigo institucional difere-se das demais modalidades de acolhimento, por atender até vinte internos de ambos os sexos, com variações de idade de zero a 18 anos incompletos.

Os motivos para a realidade brasileira de muitas internações e poucas crianças e adolescentes aptos para a adoção são variados, mas tem o cerne na dificuldade de articulação das políticas públicas para atender integralmente as famílias em situação de vulnerabilidade social. Dessa maneira, a maioria das crianças e dos adolescentes vivem rotinas de idas e vindas nos abrigos ou ainda, permanecem meses ou anos institucionalizados. A vivência num abrigo institucional torna-se então, parte da história de vida de cada interno e o ambiente em que se vive, o cenário.

Nesse sentido, a legislação brasileira é bastante generalista e restritiva acerca do ambiente construído. Há apenas: o artigo 92 do ECA, as normas federais: “Orientações

Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009b) e o “Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” (2006); e os códigos de obras municipais para fiscalizações referentes à higiene e salubridade. Toda essa abordagem é quantitativa e limita-se a relação entre número de usuários versus as áreas e os recursos mínimos a serem atendidos. Atualmente, a maioria dos abrigos institucionais tem sedes alugadas e adaptadas ao uso. Acredita-se que essa situação de provisoriedade almejada pela legislação brasileira para o acolhimento institucional, seja um dos motivos para que não haja reflexões mais profundas sobre o ambiente construído dessas instituições. Por outro lado, é a realidade de longa permanência (rotinas de idas e vindas, meses e anos internados) que justifica a necessidade de estudar a situação também sob esse viés.

Mesmo sabendo que a história de crianças e adolescentes não deve ser construída com a vivência em instituições de acolhimento, esses estabelecimentos ainda são necessários na realidade social brasileira. É iminente refletir sobre as construções desses estabelecimentos, esperando que a arquitetura contribua para que as instituições não repitam (mesmo que sem intenção) práticas históricas assistencialistas ou com fortes características de reclusão e isolamento. Afinal, o objetivo estabelecido pelo ECA ao abrigo institucional, é de acolhimento individual e em pequenos grupos, subentendendo personalização e privacidade.

Para alcançar esta concepção de qualidade do acolhimento, uma das visões possíveis é estudar o ambiente construído a partir da sua ambiência, enfatizando as representações materiais e imateriais que fazem parte do abrigo institucional, que em razão das atividades ali realizadas, aproxima-se de um modelo de habitar doméstico. O estudo das ambiências relaciona características sensíveis do lugar (como sons, cheiros, luzes e cores) e também, recursos de privacidade e território (tão presentes no habitar doméstico), além da “sua capacidade de evocar memórias e estabelecer afetos” (DUARTE, 2016, p. 72). A sustentabilidade na arquitetura, torna-se um dos fatores de ambiência a medida que entende a satisfação e as relações dos usuários no ambiente construído como necessárias, além de permitir uma interação eficiente nos âmbitos social, econômico, ecológico e cultural.

Este artigo é parte da discussão da tese de doutorado do Programa Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina. Nele, é apresentado um dos procedimentos metodológicos utilizados para a avaliação do ambiente construído e cujo objetivo foi: detectar e descrever as atividades cotidianas do abrigo institucional; para então, propor algumas recomendações projetuais com ênfase na sustentabilidade, viabilizando a ambiência qualitativa.

O estudo de caso escolhido é um abrigo institucional localizado em município de médio porte que corresponde à segunda posição no universo com maior número de instituições, segundo pesquisa apresentada por De Assis e Farias (2013). A característica do ambiente construído do estudo de caso se difere da maior parte da realidade brasileira, visto que é uma edificação projetada para tal uso. Dessa forma, a escolha permitiu estudar as contribuições da arquitetura na apropriação espacial de seus usuários.

Justifica-se o estudo porque as condições do ambiente construído podem constituir fatores de risco ou de saúde. O contexto ambiental, onde a criança e o adolescente crescem e se desenvolvem, é crucial nas causas e manifestações dos problemas, especialmente nas

questões de comportamento. Dessa maneira, o abrigo institucional como substituto, provisório ou não, da estrutura física de casa e psicológica de família, precisa oferecer condições de qualidade para o usuário participar e interagir, desenvolvendo novas competências cognitivas e sociais, especialmente porque os principais usuários estão em processo de crescimento e desenvolvimento de seus corpos e mentes.

2. Referencial teórico

O habitar é compreendido tanto por suas representações quantitativas a partir do objeto e da ação, conforme define Norberg-Schulz (1985, p. 12) é “[...] ter um teto sobre nossas cabeças e um certo número de metros quadrados à nossa disposição”; mas também por suas representações qualitativas como refletiu o mesmo autor ao classificar o ato de habitar uma casa, como uma atividade que implica numa ambiência rica em significados e por isso, de pertencimento entre o ser humano e um determinado meio. Para o autor, habitar tem como propriedade “[...] a insolúvel unidade entre vida e lugar” (NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 13).

Habitar uma casa constitui o arquétipo mais rico de significados ao ser humano. É símbolo de todas as “peles” que o envolvem: o seio materno, a família e o universo. “Estar em casa” significa dispor de uma ambiência que, por um lado, se pode assinalar com uma marca e, por outro, delimita um território inviolável sobre o qual se exerce um direito (FISCHER, 1994). Heidegger (2002) afirma que: na privacidade desse ambiente físico recortado do exterior, cada pessoa se recolhe, preserva-se e se desenvolve. Norberg-Schulz (1985, p. 89) completa: “Uma vez cumprida nossa tarefa social, nós nos recolhemos de volta em nossas casas para recuperarmos nossa identidade pessoal. A identidade pessoal é, portanto, um componente do habitar doméstico”.

Essa ação é modelada então, pelas “leituras” que as pessoas fazem. O entendimento marca a diferença entre considerar o ambiente construído apenas pelas suas representações objetivas, ou analisa-lo como elemento maior no contexto, assumindo a influência das diferenças e experiências individuais, bem como das construções sociais de significado. Dessa maneira, o ambiente observado não necessariamente corresponderá ao real e objetivo. Assim, através do olhar institucional, o abrigo pode ser percebido como uma habitação digna às crianças e adolescentes, porque nela há as condições mínimas para sua habitabilidade; mas na visão dos internos pode ser inadequado, porque faltam propriedades físicas, que os reportem às suas casas de origem.

O conjunto de qualidades que fazem de um lugar, por exemplo, o “nosso lar”, constitui a ambiência desse domínio. Pode-se afirmar, que ela é revelada no processo de apropriação humana do espaço arquitetônico, envolvendo a interação recíproca entre ambos, na qual o homem age no sentido de moldá-lo segundo suas necessidades e desejos; enquanto o ambiente construído torna-se receptivo. Essa influência mútua entre homem/ambiente construído é a razão pela qual se encontra ou não a identidade onde se vive (MALARD, 1993). O termo ambiência tem origem do francês “*ambiance*” e pode ser traduzido como meio ambiente, sendo composto pelo conjunto de fatores do meio material onde se vive, e também imaterial. Segundo Malard (1993), a ambiência ocorre na relação das pessoas com

os objetos funcionais e também, se encontra nas condições de conforto do ambiente construído.

Cada ambiente construído é constituído cotidianamente por uma ambiência própria, dada por muitos fatores visíveis (materiais) e invisíveis (imateriais) que definem sua identidade, influenciando o comportamento das pessoas que vivem no local ou o percorrem (ELALI, 2009). Ela é composta por aspectos físicos, culturais, sociais, de uso e de temporalidade, utilizando-se valores como forma, escala, função, cor, textura, ventilação, temperatura, iluminação e sonoridade (THIBAUD, 2004). Cada um desses atributos compõe o espaço dimensionado e funcional, resultando no ambiente construído e determinando o nível de bem-estar de seus ocupantes. Há, porém, valores que são adquiridos culturalmente, de acordo com a experiência de vida, estabelecendo significados, positivos ou negativos, em relação aos estímulos do ambiente (BESTETTI, 2014). A ambiência seria então, o fenômeno que resulta do conjunto de todas as qualidades do ambiente construído.

A qualidade dos ambientes construídos destinados à abrigos institucionais, deve considerar os aspectos de bem-estar, segurança e produtividade aliados aos custos e com isso, impulsionar a tendência sustentável. Afinal, o conceito de sustentabilidade está relacionado com aspectos ambientais, econômicos e sociais, buscando equilíbrio entre o crescimento econômico, a equidade social e a preservação do meio ambiente (SAMPAIO, 2005). Ignacy Sachs (1993) corrobora afirmando que há cinco dimensões do conceito: a social, ancorada na distribuição direitos; a econômica, propiciada pela distribuição igualitária de renda; a ecológica, a partir dos princípios de uso solidário dos recursos naturais; a espacial, norteadas na equanimidade nas relações inter-regionais e na distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas; por fim, a cultural, modulada pelo respeito aos contextos particulares. Nesse sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável conduz à redefinição das relações existentes entre o homem e o ambiente construído.

Nos abrigos institucionais, a busca pela sustentabilidade deve estar presente no ambiente construído, ajudando a construir ambiências humanizadas. A criança ou o adolescente institucionalizado, devido a suas condições psicológicas e físicas, chega ao abrigo apreensivo, numa mistura de sensações e expectativas, ansiedade, desconfiança, insegurança, desânimo, tristeza e medo. Geralmente, essa pessoa fragilizada é atendida por profissionais que precisam assistir na proporção de um para seis internos e o trabalho torna-se estressante e cansativo. Esse estresse pode ser agravado ou amenizado pelas condições do ambiente construído, proporcionada entre outros, por soluções de sustentabilidade.

Nas soluções de ambiência do ambiente construído, a arquitetura pode colaborar para minimizar efeitos de desconforto, que nos abrigos institucionais, costumam estar relacionados à ambientes frios e impessoais. Para que a ambiência possua qualidade, dessa maneira seja humanizada, deve-se prever ambientes de descanso, tranquilidade, relaxamento, que permitam aos internos maior confiança e sentimento de identidade e pertencimento. Além disso, o projeto arquitetônico precisa prever maior rendimento, produtividade e segurança aos profissionais no desempenho de suas atividades.

Na esfera sustentável, o projeto deve considerar o clima onde está construído, a

insolação, a topografia, as condições ambientais e paisagísticas, o programa arquitetônico com todas as suas especificidades por atender um espectro amplo de internos (zero aos dezoito anos incompletos), a flexibilidade e expansibilidade de fluxos (idas e vindas dos internos), a segurança de internos e funcionários, a adaptabilidade para novas atividades e o bem-estar dos usuários (SAMPAIO, 2005). Registra-se que se compreende por soluções sustentáveis não somente as que envolvem tecnologias, mas também, soluções arquitetônicas inventivas e que se apropriem das relações com o ambiente em que está inserido.

Nessa visão, as características espaciais que influenciam o comportamento das pessoas não são de análise meramente cartesiana, a partir de condicionantes físicas do ambiente construído. O conceito associa o corpo em movimento, suas expressões motoras, seus percursos sensoriais e cinestésicos e sua capacidade de sentir, sendo influenciado por afetos e sensações na busca de identificação e apropriação com os ambientes construídos (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2010). A ambiência é o que possibilita esse processo comunicativo de identidade e pressupõe o espaço arquitetônico como cenário onde se realizam relações sociais, políticas e econômicas de determinados grupos, sendo uma situação construída coletivamente e que inclui as diferentes culturas e valores.

Conseqüentemente, para investigar a ambiência é necessário incluir uma abordagem sensível, com enfoque qualitativo. Afinal, ela funciona como um agente de ligação entre as diversas sensações experimentadas pelos usuários em uma dada situação (PINHEIRO, 2004). O estudo da ambiência torna-se, assim, imprescindível para a validação dos discursos pautados na experiência sensível com os ambientes construídos e na produção de projetos igualmente vinculados ao valor humano. As ambiências representam o ambiente arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético e psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas – que por sua vez constroem um processo dinâmico de interpretação dos espaços (DUARTE; PINHEIRO, 2013).

3. Procedimento metodológico e tratamento dos dados

Na pesquisa, os estudos de fatores de ambiência, entre eles a sustentabilidade para qualificação dos ambientes construídos de abrigos institucionais, baseiam-se na aplicação conjunta de vários conhecimentos teóricos e procedimentos metodológicos para alcançar dados sobre o homem e suas relações com o ambiente em que vive, visando melhor adaptá-lo. Utiliza-se uma abordagem holística para responder aos desafios de criar ambientes comprometidos com a valorização e a promoção do desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas. Para tanto, a obtenção dos dados exigiu a Observação Participante, com uso do registro em diário de campo e levantamento arquitetônico em planilha específica. Os diferentes instrumentos são descritos resumidamente nos parágrafos seguintes.

A Observação Participante consiste no reconhecimento de maneira mais casual, comumente empregada em estudos exploratórios. Contudo, não é totalmente espontânea e sempre há o mínimo de intencionalidade (RUDIO, 2002). Em razão da especificidade do tema, a pesquisa não delimitou onde, no ambiente construído, ocorreriam as observações e

nem quem seriam os usuários necessários para a validação das coletas. O controle deste instrumento ocorreu a partir da periodicidade. Definiu-se que as observações aconteceriam durante três eventos: cotidiano semanal sem visitas; cotidiano semanal com visitas; e cotidiano com datas especiais (e.g. aniversários). Delimitou-se, também, o horário e o tempo de observações: manhãs (entre 07h00min e 09h00min) e tardes (12h00min e 14h00min). A escolha desses períodos permitiu observar as atividades de permanência, as chegadas e as partidas, além das refeições, contemplando o cotidiano doméstico e avaliando os diferentes contextos: o “dia comum” e o “dia especial”.

Durante a aplicação do método, os pesquisadores permaneceram no ambiente, apenas observando ou interagindo com algum interno, quando solicitado. A escolha dos locais de observação foi definida a partir de eventos ocorridos em cada um dos dias. Comumente, iniciava no ambiente em que havia maior número de crianças e/ou adolescentes reunidos. Optou-se por efetuar registros na forma de diário escrito-gráfico, realizados fora do ambiente institucional no término de cada dia de observação. O diário tornou-se a opção mais adequada, sem se tornar invasivo, evitando a sensação explícita de estar sendo observado.

Junto às observações, foi aplicado com adaptações, um instrumento desenvolvido por Kenchian (2011) chamado de “Roteiro da Caracterização Funcional do Projeto de Habitação”. A escolha foi porque a leitura espacial se baseia no levantamento das informações gerais do edifício (abrigo institucional) a partir de aspectos legais e principalmente, psicossociais que promovem e potencializam a qualidade de vida, indispensáveis ao desenvolvimento humano pleno e saudável. As planilhas do “Roteiro” foram previamente confeccionadas, a fim de sistematizar e otimizar o tempo de levantamento das características dos ambientes do abrigo institucional do estudo de caso. Caracterizaram-se os seguintes ambientes: sala, dormitórios, banheiros e cozinha. A definição destes ocorreu porque: neles ocorrem as principais atividades do cotidiano, estruturando a tríade do habitar doméstico (setor social, íntimo e de serviço). Complementando o roteiro, foram aplicadas as técnicas de medição *in loco* e registro fotográfico.

As planilhas permitiram levantar informações acerca: das funções e atividades de uso; da caracterização dos usuários; do tipo de mobiliário e equipamentos que compõem o ambiente; da dimensão comportamental (privacidade e territorialidade); e por fim, da dimensão ambiental, referente às condições de conforto térmico, acústico e luminoso. Registra-se que, acerca deste último item, não houve aferição com ferramentas técnicas, correspondendo apenas às impressões do pesquisador. O objetivo era determinar se havia ou não recursos para controle do conforto ambiental por parte de seus usuários.

A sequência metodologia permitiu identificar: “Quais as características espaciais marcantes em cada ambiente do abrigo institucional do estudo de caso?”, visando abordar os critérios acima citados, e previamente levantados na revisão de literatura. Todos considerados como os mais comprometidos pelo processo de institucionalização e ao mesmo tempo, mais importantes no habitar doméstico. A pesquisa de caráter qualitativo, devido às suas características de investigação exploratória, teve tratamento dos dados a partir de textos descritivos, organizados conforme as informações levantadas para cada um dos critérios acima citados.

4. Sugestões e recomendações projetuais

Os resultados obtidos destacaram as relações físicas e visuais entre o interior e o exterior da edificação. A presença de áreas verdes e jardins dentro do ambiente abrigo institucional, ou o contato com o espaço externo – direto ou indireto (contato visual) – traz ao interno uma distração positiva, pois os elementos presentes nesta relação causam sentimentos bons, prendem a atenção e despertam o interesse, bloqueando ou reduzindo os pensamentos ruins (ULRICH, 1995).

As condições de conforto proporcionadas pelas três variáveis: luminosa, térmica e acústica, num abrigo institucional são capazes de garantir aos seus usuários um ambiente confortável e por isso, apresentam-se como fundamentais para a humanização do ambiente hospitalar, principalmente por minimizar o “mal do institucionalizado”, que resulta em reações de apatia ou revolta com as pessoas e com o ambiente em que se vive. Visto que a iluminação e ventilação naturais estão intimamente ligadas ao conforto ambiental, as características arquitetônicas que fazem a integração com o exterior são também responsáveis pelo conforto proporcionado.

O equacionamento das questões de conforto térmico, luminoso e acústico, deve ser tratado com muita seriedade, embora muito difícil de atingir, principalmente em se tratando de arquiteturas adaptadas ao uso. A forma, a orientação, os materiais de construção e acabamento, a dimensão dos vãos e o tipo de cobertura são variáveis que interferem no conforto e devem ser compreendidas para que o projeto esteja adequado ao clima da região em que será implantado (VASCONCELOS, 2004).

A dimensão ambiental se configura como um importante meio de análise das características de integração. A relação com o exterior proporcionada pelos ambientes e seus elementos construtivos influencia diretamente o conforto ambiental, e portanto, a sustentabilidade e humanização do espaço. Dependendo da orientação, forma, tamanho e funcionamento, tanto dos elementos construtivos quanto dos ambientes de integração, a edificação pode ser bem ou mal sucedida em relação ao conforto ambiental. Uma janela, por exemplo, pode permitir a entrada da radiação solar para iluminar o ambiente (aspecto positivo), mas ao mesmo tempo, pode atribuir a este ambiente uma carga térmica excessiva (aspecto negativo), tornando-o desconfortável (VASCONCELOS, 2004).

As relações visuais e físicas entre interior e exterior permitem dar legibilidade e estabelecer fronteiras a partir da diferenciação entre contrastes: dentro e fora, claro e escuro, iluminação e sombreamento, etc. Além do estabelecimento de um interior e exterior que remete à questão de oculto e visível. Nesse sentido, o conceito de transparência se relaciona à essa dimensão e é fundamental para se desenvolver quaisquer ambientes construídos com altos níveis de conectividade.

A configuração espacial - com grandes portas e janelas de vidro voltadas para jardins, pátios internos e externos e ampla vegetação - criou a sensação de abertura, aumentando a iluminação natural, fornecendo o conceito de segurança, facilitando a supervisão passiva de adultos e a sensação de autonomia dos internos. Relaciona-se ainda, o conceito de transparência ao sentido educador da Arquitetura, com a necessidade de ser projetado ambientes para o público de crianças e adolescentes, como um espaço cultural, dotado de

significados, com grande quantidade de estímulos, que contribuem para o crescimento e desenvolvimento psicossocial.

Como as atividades do habitar doméstico num abrigo institucional, acontecem predominantemente em ambientes construídos internos, é importante oferecer visuais externos, seja para paisagens interessantes ou instigantes, produzidas ou naturais. Os visuais permitem níveis de distração importantes ao crescimento e desenvolvimento psicossocial, podendo ser recursos para imaginação, o aprendizado e até mesmo, o descanso, especialmente para internos que usualmente, são acometidos por algum problema psicológico. As aberturas livres à manipulação dos usuários permitem autonomia, especialmente no setor íntimo. Contudo, para viabilizar é necessário considerar a escala da criança (Figura 01) e o uso de recursos como travas e redes de proteção, para evitar acidentes domésticos.



Figura 01: Representação da relação visual entre interior e exterior que considera a escala do usuário.
Fonte: elaborado pelos autores.

Ainda acerca da apropriação da relação interior e exterior, há a valorização da iluminação e ventilação natural que, quando projetadas adequadamente, possuem importância fundamental na qualidade de vida dos internos, porque regulam as funções fisiológicas e psicológicas. Dessa maneira, paredes externas móveis podem permitir a completa entrada de luz e ventilação, com a integração entre interior e exterior. Sabe-se que se necessário, devem ser utilizados dispositivos de sombreamento, como cortinas e persianas. A utilização de amplas portas e janelas de vidros em todos os espaços permitir ainda, aos adultos o monitoramento.

De maneira geral, as crianças e os adolescentes, mais do que os adultos, possuem forte relação com os ambientes externos ligados à natureza. O convívio ao ar livre permite desenvolvimento de recursos motores. No habitar doméstico, o foco das atividades desenvolvidas nas áreas externas são as brincadeiras dinâmicas e geralmente, em grupo. Dessa maneira, é importante: ter áreas de paisagismo, em que seja possível os internos participarem na manutenção e conservação, como hortas e pomares; viabilizar conexões visuais através de terraços e áreas avarandadas, permitindo apropriação; utilizar vegetação ornamental e funcional, inclusive com sombreamento; propor áreas pavimentadas para brincadeiras em piso regularizado; além de espaço amplo e sem obstáculos para permitir usos variados de brincadeiras, socialização ou permanência individual. Em caso de

topografias acidentadas, é ideal trabalhar com a associação de platôs e rampas. É importante existir áreas cobertas, mas a forma e posição devem considerar a canalização dos ventos e a insolação, ambos em excesso são prejudiciais.

5. Considerações finais

Entende-se que é necessário reconsiderar a perspectiva institucional, investindo num processo de transformação que trabalha sobre as barreiras, sobretudo nos estigmas de depósito e instituição fadada ao fracasso. Afinal, a institucionalização, muitas vezes, é a única alternativa para crianças e adolescentes e isso determina a necessidade de ações de superação desses trágicos estereótipos.

Como substituto da família, o acolhimento institucional absorve as problemáticas causadoras do afastamento das crianças e dos adolescentes do convívio familiar e lida com um feixe de questões vivenciais extremamente difíceis e expressadas nos mais diversos traços comportamentais indicativos de sofrimento. Nessas instituições, as crianças e os adolescentes são internos numa casa provisória e o atendimento é essencialmente uma relação de trabalho entre funcionários e abrigados, por mais que haja vínculos afetivos. Isso pressupõe uma diferença significativa: o ato de cuidar não se insere no conjunto de práticas familiares naturais, mas profissionais. Essa realidade induz a um fator fundamental: deve-se pensar que o abrigo institucional jamais substituirá os vínculos familiares. É outro tipo de cuidado e relação. Se é para melhor ou para pior, é impossível prever sem que haja um estudo aprofundado e individualizado da história de vida de cada interno, anterior e posterior à institucionalização.

Em contrapartida, o ambiente construído de uma casa pode em alguns aspectos, contribuir para o processo de inclusão social. O abrigo institucional deve então, ser um lugar de apego e intimidade protegida, carregado de significados e lembranças, capaz de tornar-se um instrumento positivo ao desenvolvimento humano, guardando, nos ambientes construídos, particularidades e características para permitir que a institucionalização seja pouco maléfica e não se torne um período de suspensão da vida. É importante que se caracterize como uma casa, com atendimento individual e assim, descarte a coletividade, que afasta o acolhido da participação na rotina.

Referências

BESTETTI, Maria Luísa Trindade. **Ambiência**: espaço físico e comportamento. In: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, 2014; 17(3): 601-610 p.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2009a.

_____. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: 2009b.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1990.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. **O Acesso Para Todos À Cultura E Aos Museus Do Rio De Janeiro**. In: Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 2, pp. 236-255. 2010.

DE ASSIS, Simone Gonçalves; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367p.

DUARTE, Cristiane Rose de S. **A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas**. In: Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente. Edição Especial de lançamento, v. 1, n.1, abril, 2016. 68 – 74 p.

_____; PINHEIRO, Ethel. **Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto**. In: Anais do 6 Projetar. O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador, nov. 2013.

ELALI, Gleice Azambuja. **Relações entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na psicologia ambiental**. In: Anais do Colóquio Ambiências Compartilhadas. Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, 2009.

FISCHER, Gustave-Nicolas. **Psicologia social do ambiente**. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994. 216 p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2002. 598 p.

KENCHIAN, A. **Qualidade Funcional no Programa e Projeto da Habitação**. São Paulo, 2011. 543 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MALARD, Maria Lúcia. **Os objetos do cotidiano e a ambiência**. 1993. In: 2º Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, Anais do 2º ENCAC. Florianópolis: ANTAC, ABERGO, SOBRAC, 1993.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **The Concept of Dwelling: On the Way to Figurative Architecture**. New York: Electa/Rizzoli, 1985. 140 p.

PINHEIRO, Ethel. **A Cidade no Fragmento: lugar e poiesis no Largo da Carioca**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Proarq/FAU/UFRJ, 2004.

RUDIO, F. C. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2002. 144p.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SAMPAIO, A. V. **Arquitetura Hospitalar**: projetos ambientalmente sustentáveis, conforto e qualidade; proposta de um instrumento de avaliação. São Paulo: FAUUSP, 2005.

THIBAUD, Jean-Paul. **O Ambiente Sensorial das Cidades**: Para uma abordagem de ambiências urbanas. In: Tassara, E. T. O; Rabinovich, E.P.; Guedes, M. C. (Eds.) *Psicologia e Ambiente*. São Paulo: Educ. 2004.

ULRICH, Roger S. **Effects of healthcare Interior Design on Wellness**: Theory and recent scientific research. In: *Symposium on Healthcare Design*, 3, 1990, San Francisco. *Innovations in Healthcare Design: selected presentations from the first five Symposia on Healthcare Design*. New York: Sara O. Marberry, 1995. p. 88 – 104.

VASCONCELOS, Renata Thaís Bomm. **Humanização de ambientes hospitalares**: características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. 2004.